

Começa a renegociação de 1985

Da Sucursal de Brasília

Neste ano a equipe econômica do governo iniciará um processo de renegociação da dívida externa mais abrangente para 1985, incluindo maiores prazos de pagamento e de carência, além de tentar reescalonar também a amortização do valor referente ao serviço da dívida, "que começa a ficar preocupante". A informação é do coordenador internacional do Ministério do Planejamento, José Botafogo Gonçalves.

A perspectiva é de êxito nesta nova forma de negociar, segundo o embaixador, porque a conjuntura econômica internacional, em 1984, dará melhores sinais de recuperação, estará mais consolidada do que em 1983. O novo governo que iniciará o mandato em março do próximo ano será beneficiado pela nova forma resultante da renegociação, independente de sua credibilidade e respaldo popular contribuir ou não para a nova sistemática.

Para ele, não há o risco da mudança da equipe econômica, em 1985, comprometer o processo de renegociação que será feito neste ano, porque qualquer governo vai querer maior abrangência. Novos "jumbos" (dinheiro novo para rolar o débito existente) já não serão mais aceitáveis em 1985, pois este recurso começa a se mostrar esgotado. Tanto o governo brasileiro, quanto os banqueiros credores do Brasil, já manifestaram opinião de que o atual esquema de renegociação não atende às necessidades de forma satisfatória, entende o embaixador.

Botafogo disse que outro fator favorável ao Brasil na nova fase da renegociação será a prática do atual programa econômico, que definiu os reajustes salariais e o combate à inflação através de uma rigorosa política monetária e fiscal. A execução das regras impostas pelo FMI, em sua opinião, permitirá a "arrumação da

casa" que apresentará o País como em melhores condições para negociar.

"As soluções, no tocante a renegociação da dívida, têm que vislumbrar maior abrangência. A cada ano tem que se tentar um passo adiante, na medida em que a forma adotada não é satisfatória para os próximos 10 anos. O serviço da dívida é crucial", conforme o embaixador.

Ele prevê os obstáculos de alguns problemas técnicos e políticos que o Brasil terá que enfrentar para conseguir pleno êxito em sua iniciativa. Tecnicamente, os bancos credores são regidos por normas de seus respectivos bancos centrais e não são autônomos para decidir, isoladamente dos governos.

Politicamente, por exemplo, haveria o problema da rejeição, por parte do Congresso norte-americano e da opinião pública daquele país, avessos a qualquer ajuda mais ampla a países estrangeiros.